



EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, Salas 701/705, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: 61 37732700 - <https://enbpar.gov.br>

TERMO ADITIVO

Processo nº 48110.000421/2024-03

Unidade Gestora: **ENBPar**

TERMO ADITIVO VG2-012/2025
AO CONTRATO Nº CT-PROINFA/PCH-MRE-047/2004 DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL - ENBPAR E A CENTRAL HIDRELÉTRICA SALTO DAS FLORES S.A..

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL – ENBPar**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.913.162/0001-23, com endereço no Centro Empresarial Parque da Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília/DF, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Diretor de Comercialização, Senhor [NOME DO DIRETOR], [nacionalidade], [estado civil], portador da Carteira de Identidade nº [número/UF] e do CPF nº [número], e do seu Diretor-Presidente, Senhor [NOME DO PRESIDENTE], [nacionalidade], [estado civil], portador da Carteira de Identidade nº [número/UF], CPF nº [número], e de outro lado a **CENTRAL HIDRELÉTRICA SALTO DAS FLORES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.330.489/0001-83, estabelecida na Linha Salto das Flores, s/nº, CEP 89906-000, Município de Paraíso/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor [NOME DO REPRESENTANTE], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [número/UF] e do CPF nº [número], resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº CT-PROINFA/PCH-MRE-047/2004, doravante denominado CONTRATO ORIGINAL, que será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CONSIDERAÇÕES

1.1. Foi celebrado, em 21 de julho de 2004, o Contrato de Compra e Venda de Energia nº CT-PROINFA/PCH-MRE-047/2004, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com vigência inicial de 20 (vinte) anos, a partir da data planejada de entrada em operação comercial da Pequena Central Hidrelétrica Salto das Flores;

1.2. O contrato original fundamenta-se ainda na legislação superveniente que alterou e regulamentou o PROINFA, notadamente a Lei nº 11.075/2004, a Lei nº 11.943/2009 e o Decreto nº 5.025/2004, as quais foram incorporadas ao longo dos aditivos firmados, como os Termos Aditivos nº VG-009/2012 e TT-010/2012;

1.3. A entrada em operação comercial da PCH Salto das Flores foi autorizada pela ANEEL por

meio do Despacho nº 4.100, de 17 de outubro de 2011, fixando a data de início da operação para 18 de outubro de 2011;

1.4. Em 4 de setembro de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 7.272, reconhecendo excludente de responsabilidade pelo período de 907 (novecentos e sete) dias, devido ao atraso na emissão da Autorização para Corte de Vegetação (AuC) pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, o que comprometeu o cronograma de implantação originalmente previsto;

1.5. A gestão do contrato foi transferida para a ENBPar nos termos do Termo Aditivo CTC-011/2023, celebrado em 2023, como parte da transição decorrente da desestatização da Eletrobras, consolidando a assunção integral da posição contratual pela ENBPar;

1.6. O Parecer Jurídico nº 00191/2024/PFANEEL/PGF/AGU, emitido em 23 de outubro de 2024, concluiu pelo deferimento da prorrogação do contrato, com base no art. 19 da Lei nº 13.360/2016 e seus precedentes regulatórios, considerando o excludente de responsabilidade já reconhecido pela agência reguladora;

1.7. Em 4 de fevereiro de 2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL deliberou, no âmbito do Processo Administrativo nº 48500.005845/2001-78, pela recomposição do prazo contratual em 907 dias;

1.8. O Despacho ANEEL nº 268/2025, publicado no Diário Oficial da União em 12 de fevereiro de 2025, a formalização da prorrogação da vigência do contrato se dará com a assinatura do Termo Aditivo do CCVE.

1.9. O presente Termo Aditivo foi aprovado na ENBPar, pela Resolução do Conselho de Administração - RCA - nº 78, de 28 de agosto de 2025.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato de Compra e Venda de Energia nº CT-PROINFA/PCH-MRE-047/2004, em decorrência do reconhecimento, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de excludente de responsabilidade pelo período de 907 (novecentos e sete) dias, conforme deliberado no Processo Administrativo nº 48500.005845/2001-78 e formalizado por meio do Despacho ANEEL nº 268/2025, publicado no Diário Oficial da União em 12 de fevereiro de 2025.

2.2. O valor originalmente pactuado no Contrato nº CT-PROINFA/PCH-MRE-047/2004 era de R\$ 79.425.096,80 (setenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, noventa e seis reais e oitenta centavos), para um período contratual de 7.300 (sete mil e trezentos) dias.

2.3. Com a prorrogação autorizada, o novo valor estimado do contrato passa a ser de R\$ 89.295.294,00 (oitenta e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais), o que representa um acréscimo proporcional de 12,43% em relação ao valor anteriormente fixado, mantendo-se o valor médio diário de fornecimento em R\$ 10.880,15 (dez mil, oitocentos e oitenta reais e quinze centavos).

3. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. A Cláusula 5ª do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 20 de fevereiro de 2029, data esta calculada somando-se 20 (vinte) anos mais 907 (novecentos e sete) dias à Data Planejada da Operação Comercial definida no CONTRATO ORIGINAL. (...)”

4. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. A Cláusula 11 do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para efeitos legais, o valor total do CONTRATO é de R\$ 89.295.294,00 (oitenta e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais), estimado levando-se em consideração a ENERGIA CONTRATADA definida na CLÁUSULA 8ª, o preço da ENERGIA expresso na CLÁUSULA 10 e o prazo definido na CLÁUSULA 3ª acrescido de 907 (novecentos e sete) dias."

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Dada a natureza jurídica da CONTRATANTE, elegem as Partes o Foro da Seção

Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam digitalmente o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas que também o subscrevem. Data conforme assinatura digital.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. – ENBP

(assinado eletronicamente)

MARLOS COSTA DE ANDRADE

Diretor Presidente

(assinado eletronicamente)

WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO

Diretor de Comercialização de Energia, Projetos Estratégicos e Estudos de Mercado

CENTRAL HIDRELÉTRICA SALTO DAS FLORES S.A.

(assinado eletronicamente)

DANIEL FAGUNDES SPERB

Diretor

(assinado eletronicamente)

JOSÉ CARLOS ZANDAVALI FIORINI

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fagundes Sperb**, **Usuário Externo**, em 12/09/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS ZANDAVALI FIORINI**, **Usuário Externo**, em 12/09/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wandermilson de Jesus Garcez de Azevedo**, **Diretor**, em 15/09/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlos Costa de Andrade**, **Presidente**, em 19/09/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0031112** e o código CRC **62401F95**.

